



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

### ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES (conforme legislação em vigor) PROCESSO SELETIVO 01/2026

#### EMPREGO:

##### **Professor I Temporário - Educação Infantil / Professor I Temporário – Ensino Fundamental**

Programar e executar as atividades, ministrar aulas, responsabilizando-se pela organização da sala e dos materiais referentes ao seu planejamento; elaborar, executar, acompanhar e avaliar os planos de ensino, o Projeto Político-Pedagógico da escola e demais projetos da unidade escolar; realizar o trabalho pedagógico articulando-o às diretrizes pedagógicas; respeitar o educando como sujeito histórico do processo educacional, comprometendo-se com seu desenvolvimento e aprendizagem; alfabetização e a aprendizagem e as diretrizes da unidade escolar na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem; participar de todas as atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções; participar dos conselhos de série e classe conforme seu campo de atuação; participar das associações ligadas à escola, que congregam pais e docentes, conforme estatuto; comparecer à escola com assiduidade e pontualidade, realizando seu trabalho educativo com competência e compromisso; manter devida e normalmente escriturados os diários de classe e outros registros exigidos, relativo às suas atividades, fornecendo informações solicitadas sempre observando as normas e prazos estabelecidos; executar outras tarefas conforme legislação vigente; seguir a orientação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo a organização curricular da Rede Municipal de Ensino bem como demais atribuições previstas no Regimento da Rede Municipal de Educação de Matão. Buscar e executar orientações metodológicas e procedimentos didáticos para as interações e atividades a serem utilizadas com os educandos com deficiência, transtornos Globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

##### **Professor Educação Especial Temporário (todos)**

**Deficiência Auditiva:** Mediar e favorecer a aprendizagem dos conteúdos da sala de aula e atividades extra-classe através da LIBRAS; O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais; O desenvolvimento das possibilidades de comunicação; A redução das limitações provocadas pelo ambiente; O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; A preparação para uma adequada formação profissional e inclusão na vida ativa; Repensando as concepções de deficiência à luz de novos pressupostos; O contexto psicológico; O Clima sócioafetivo. Ensino de Alunos surdos. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva. Conhecimento/fluência em LIBRAS.

**Deficiência Mental:** O professor da educação especial deverá estabelecer um ambiente de segurança entre seus pares que atuam nas classes comuns sem que se crie, ao mesmo tempo, uma expectativa de que haja um conjunto de orientações, atividades e ações previamente determinadas que venham a funcionar como um manual. Espera-se que esses profissionais estabeleçam parcerias com os demais professores de forma que construam uma cultura cooperativa em que compartilhem suas necessidades e encontrem as possíveis soluções, na perspectiva da construção da resposta adequada a cada situação específica. Não há como oferecer um caminho pronto, mas compartilhar diferentes formas de caminhar. O professor da educação especial tem condições de intervir diretamente na remoção de barreiras para a aprendizagem, as quais podem se constituir como barreiras presentes no espaço físico, social e educacional enfrentada pelos estudantes. Com o trabalho coletivo em busca das metas educacionais apoiando as iniciativas de seus pares na elaboração de planos de ensino individualizados e atividades inclusivas e de sensibilização no interior da escola.

**Deficiência Visual:** Mediar e favorecer a aprendizagem dos conteúdos da sala de aula e atividades extra-classe através do BRAILLE, SOBOBAN; O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais; O desenvolvimento das possibilidades de comunicação; A redução das limitações provocadas pelo ambiente; O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; A preparação para uma adequada formação profissional e inclusão na vida ativa; Repensando a deficiência à luz de novos pressupostos; O contexto psicológico; O Clima sócioafetivo. Ensino de Alunos com Deficiência Visual. Conhecimentos sobre Educação Inclusiva. Conhecimentos de BRAILLE.

##### **Professor III Temporário (todas as áreas)**

Programar e ministrar aulas de uma disciplina, matéria ou área de estudo, de acordo com a organização curricular da escola; elaborar, executar, acompanhar e avaliar os planos de ensino, Plano de Desenvolvimento da Escola e construção/reconstrução do Projeto Político Pedagógico da Escola; realizar o trabalho pedagógico articulando com os membros do setor pedagógico e de apoio técnico-educacional, atendendo aos princípios norteadores da unidade escolar; respeitar o educando como sujeito histórico do processo educativo, comprometendo-se com seu desenvolvimento e aprendizagem; considerar os princípios psicopedagógicos, psicossociais e as diretrizes da unidade escolar na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**

### **PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026**

e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem; participar de todas as atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções; participar dos conselhos de série e classe, conforme seu campo de atuação; participar das associações ligadas a escola, que congregam pais e docentes, conforme estatuto; comparecer à escola com assiduidade e pontualidade, realizando seu trabalho educativo com competências e compromisso; manter devida e normalmente escriturados os diários de classe e outros registros exigidos, relativos às suas atividades e fornecer informações solicitadas, sempre observando as normas e prazos estabelecidos; executar outras tarefas conforme legislação vigente.

PCI Concursos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

### ANEXO II – PROGRAMAS DAS PROVAS PROCESSO SELETIVO 01/2026

**Observação:** A legislação e atos normativos expressamente indicados nos conteúdos programáticos deste Anexo deverão ser considerados com suas alterações e atualizações vigentes até a data de publicação do edital, inclusive leis, emendas constitucionais, normas complementares e regulamentos aplicáveis. As súmulas de tribunais superiores, súmulas vinculantes, os precedentes obrigatórios, as teses fixadas em repercussão geral, os recursos repetitivos e os incidentes de resolução de demandas repetitivas somente serão exigíveis quando diretamente relacionados ao conteúdo previsto e desde que tornados de conhecimento público até a data de publicação do edital.

#### PROFESSORES TEMPORÁRIOS

Professor I Temporário – Educação Infantil (0 a 6 anos); Professor I Temporário – Ensino Fundamental (Séries Iniciais); Professor Educação Especial Temporário – Deficiência Auditiva; Professor Educação Especial Temporário – Deficiência Intelectual; Professor Educação Especial Temporário – Deficiência Visual; Professor III Temporário – Português; Professor III Temporário – Matemática; Professor III Temporário – Geografia; Professor III Temporário – Ciências; Professor III Temporário – Inglês; Professor III Temporário – Filosofia; Professor III Temporário – Arte/Educação Artística; Professor III Temporário – História; Professor III Temporário – Química; Professor III Temporário – Biologia; Professor III Temporário – Física; Professor III Temporário – Sociologia; Professor III Temporário – Arte/Educação Artística – Arte Musical; Professor III Temporário – Arte/Educação Artística – Artes Cênicas; Professor III Temporário – Educação Física; Professor III Temporário – Educação Física – Dança; Professor III Temporário – Educação Física – Ginástica Geral; Professor III Temporário – Educação Física – Natação.

| Áreas de conhecimento     | Nº de questões | Peso | Pontuação  |
|---------------------------|----------------|------|------------|
| Língua Portuguesa         | 5              | 2    | 10         |
| Matemática                | 5              | 2    | 10         |
| Conhecimentos Pedagógicos | 5              | 3    | 15         |
| Legislação                | 5              | 3    | 15         |
| Conhecimentos Específicos | 10             | 5    | 50         |
| <b>Total</b>              | <b>30</b>      |      | <b>100</b> |

#### ÁREAS COMUNS A TODOS OS PROFESSORES

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos verbais e não verbais. Identificação de informações explícitas e implícitas. Tema, assunto, finalidade e ideia central do texto. Distinção entre fato e opinião. Inferência de sentido de palavras, expressões, frases e parágrafos. Relações de sentido no texto. Coesão e coerência textual. Relações lógico-discursivas e emprego de conectivos. Sinonímia e antonímia. Polissemia. Denotação e conotação. Adequação vocabular. Tipos e gêneros textuais. Linguagem formal e informal. Variação linguística. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Classes de palavras e seus empregos no texto. Flexão nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da frase, do período e do parágrafo. Reescrita de frases e trechos, preservando-se o sentido e a correção gramatical.

##### MATEMÁTICA

Operações com números inteiros, racionais e decimais. Frações. Porcentagem. Razão e proporção. Regra de três simples. Média aritmética. Medidas de tempo, comprimento, massa e capacidade. Leitura e interpretação de dados apresentados em textos, tabelas e gráficos. Sequências e regularidades. Organização de informações. Resolução de situações-problema envolvendo quantidades, medidas, prazos, percentuais, médias, organização de turmas, distribuição de materiais, registros escolares e interpretação lógica de informações.

##### CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Função social da escola e direito à educação. Relações entre educação, sociedade, cultura e diversidade. Tendências e concepções pedagógicas. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Relações entre desenvolvimento, aprendizagem, ensino e mediação pedagógica. Currículo: concepções, organização, integração dos conhecimentos e interdisciplinaridade. Base Nacional Comum Curricular: fundamentos pedagógicos, competências gerais, direitos de aprendizagem e desenvolvimento e organização da Educação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

Básica. Projeto político-pedagógico: princípios, elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação. Gestão democrática, participação da comunidade escolar e trabalho coletivo. Planejamento educacional e planejamento de ensino. Plano de ensino, plano de aula, sequências didáticas e projetos. Didática e organização do trabalho pedagógico. Objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologias, estratégias e recursos didáticos. Uso pedagógico, crítico, seguro e responsável das tecnologias digitais. Metodologias que promovam participação, investigação, colaboração, resolução de problemas e autonomia dos estudantes. Avaliação da aprendizagem: funções diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios, registros e devolutivas. Recuperação contínua e utilização pedagógica dos resultados das avaliações. Diversificação dos instrumentos e das estratégias de avaliação. Desenvolvimento das competências de leitura, escrita e letramento nas diferentes etapas e áreas do conhecimento. Educação inclusiva e atendimento à diversidade. Acessibilidade, equidade, adaptações razoáveis e eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação. Educação para as relações étnico-raciais. Educação em direitos humanos e educação ambiental. Relação professor-aluno. Mediação pedagógica, afetividade, convivência e resolução de conflitos. Prevenção da violência, do bullying e do cyberbullying e promoção da cultura de paz. Relações entre escola, família e comunidade. Formação continuada, reflexão sobre a prática, ética e compromisso social do educador.

### Referência normativa

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

### Bibliografia sugerida

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

## LEGISLAÇÃO

Direito à educação e princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado e responsabilidades dos entes federativos. Princípios, fins e organização da educação nacional. Organização da Educação Básica. Responsabilidades dos sistemas de ensino, dos Municípios, dos estabelecimentos escolares e dos docentes. Gestão democrática do ensino público. Direito público subjetivo à educação. Igualdade de condições para acesso, permanência, participação e aprendizagem. Direitos da criança e do adolescente relacionados à educação, à dignidade, ao respeito, à convivência e à proteção integral. Educação inclusiva, acessibilidade e direitos educacionais da pessoa com deficiência. Educação para as relações étnico-raciais e ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Prevenção e enfrentamento da violência, da intimidação sistemática, do bullying e do cyberbullying no ambiente escolar. Uso pedagógico e restrições ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais por estudantes nos estabelecimentos de Educação Básica. Organização e competências do Conselho Municipal de Educação de Matão.

### Referência normativa

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, especialmente os arts. 205 a 214.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, especialmente os arts. 53 a 59.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, especialmente os arts. 1º a 14, 21 a 28, 29 a 36, 58 a 60, 61 a 67, 26-A e 79-B.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, especialmente os arts. 27 a 30.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática.
- BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, especialmente os arts. 1º a 4º.
- BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos de Educação Básica.
- BRASIL. Decreto nº 12.385, de 18 de fevereiro de 2025. Regulamenta a Lei nº 15.100/2025.
- MATÃO. Lei Municipal nº 3.226, de 4 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a composição, a organização e as competências do Conselho Municipal de Educação, consideradas as alterações posteriores.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### PROFESSOR I TEMPORÁRIO – EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 6 ANOS)

Concepções de criança, infância, desenvolvimento infantil e Educação Infantil. A criança como sujeito de direitos. Educação e cuidado como dimensões indissociáveis. Desenvolvimento físico, motor, cognitivo, linguístico, afetivo, social e cultural. Interações e brincadeiras como eixos das práticas pedagógicas. Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**

### **PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026**

Organização dos tempos, espaços, materiais e rotinas. Acolhimento, adaptação, construção de vínculos, autonomia e convivência. Brincadeiras, jogos, literatura infantil, oralidade, música, artes visuais, corpo e movimento. Exploração da natureza, do meio social, das quantidades, das formas e das relações espaciais e temporais. Planejamento e intencionalidade pedagógica. Observação, acompanhamento, registro e documentação das aprendizagens, sem finalidade de promoção ou classificação. Educação inclusiva, acessibilidade, respeito aos diferentes ritmos de desenvolvimento e eliminação de barreiras à participação. Proteção, bem-estar e segurança da criança. Relação entre instituição, família e comunidade. Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018 – Educação Infantil.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.

#### **Bibliografia sugerida**

HOFFMANN, Jussara. Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

### **PROFESSOR I TEMPORÁRIO – ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

Desenvolvimento e aprendizagem da criança nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Organização do Ensino Fundamental de nove anos. Currículo, competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular. Planejamento, sequências didáticas, projetos, interdisciplinaridade e contextualização. Alfabetização e letramento: sistema de escrita alfabética, consciência fonológica, oralidade, leitura, compreensão, produção textual, ortografia e formação do leitor. Letramento matemático: sistema de numeração decimal, operações, cálculo mental, resolução de problemas, geometria, grandezas e medidas, tabelas e gráficos. Ensino de Ciências, História e Geografia nos Anos Iniciais, com valorização da investigação, da identidade, da diversidade cultural e das relações entre sociedade e natureza. Arte, corpo, movimento, jogos e brincadeiras. Avaliação diagnóstica e formativa, registros, recuperação contínua e recomposição das aprendizagens. Estratégias diversificadas de ensino, educação inclusiva, acessibilidade e respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem. Uso pedagógico de jogos, literatura, materiais concretos e tecnologias digitais. Relação entre escola, família e comunidade. Educação para as relações étnico-raciais, direitos humanos, educação ambiental e prevenção do preconceito e da violência.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018 – Ensino Fundamental, especialmente os Anos Iniciais.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

#### **Bibliografia sugerida**

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NACARATO, Adair Mendes; MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

### **PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIO – DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Concepções de surdez e deficiência auditiva. Identidade, cultura e comunidade surda. Desenvolvimento, aprendizagem e especificidades linguísticas do estudante surdo ou com deficiência auditiva. Língua Brasileira de Sinais – Libras: aspectos linguísticos, comunicação e utilização no contexto educacional. Educação bilíngue de surdos, com Libras como primeira língua e Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Estratégias pedagógicas visuais, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas. Elaboração e adaptação de materiais didáticos acessíveis. Atuação do professor, do instrutor de Libras e do tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa. Atendimento Educacional Especializado. Estudo de caso, Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e Plano Educacional Individualizado – PEI. Avaliação da aprendizagem considerando as especificidades linguísticas do estudante. Articulação entre sala comum, atendimento especializado, família e comunidade escolar.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.  
BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, com as alterações do Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025.

BRASIL. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, e suas alterações. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – Reneei.

### **Bibliografia sugerida**

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília, DF: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

### **PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIO – DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Concepções de deficiência intelectual. Desenvolvimento, aprendizagem, funcionamento intelectual e habilidades adaptativas. Potencialidades e necessidades educacionais do estudante com deficiência intelectual. Avaliação pedagógica e identificação de barreiras à aprendizagem e à participação. Estratégias de ensino individualizadas e diversificadas. Desenvolvimento da comunicação, do raciocínio, da autonomia, da interação social e das habilidades acadêmicas e funcionais. Acessibilidade curricular, adaptações razoáveis, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas. Atendimento Educacional Especializado. Estudo de caso, Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e Plano Educacional Individualizado – PEI. Avaliação e acompanhamento contínuo da aprendizagem. Trabalho colaborativo entre professor da sala comum, professor especializado, equipe escolar, família e demais profissionais envolvidos.

### **Referência normativa**

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686/2025.

BRASIL. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, e suas alterações.

Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – Reneei.

### **Bibliografia sugerida**

BATISTA, Cristina Abranches Mota et al. Atendimento educacional especializado: deficiência mental. Brasília, DF: MEC/SEESP/SEED, 2007.

GOMES, Adriana Leite Limaverde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília, DF: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

### **PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIO – DEFICIÊNCIA VISUAL**

Concepções de deficiência visual, cegueira, baixa visão e visão monocular. Desenvolvimento e aprendizagem do estudante com deficiência visual. Avaliação funcional da visão e identificação de necessidades educacionais. Sistema Braille: leitura, escrita, produção e adaptação de materiais. Código Matemático Unificado, Soroban, recursos táteis e representações gráficas acessíveis. Orientação e mobilidade. Desenvolvimento da autonomia e das atividades da vida cotidiana. Recursos ópticos e não ópticos. Tecnologias assistivas, leitores de tela, audiodescrição e materiais em formatos acessíveis. Atendimento Educacional Especializado. Estudo de caso, Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e Plano Educacional Individualizado – PEI. Estratégias pedagógicas para acesso ao currículo, participação e aprendizagem. Articulação entre sala comum, atendimento especializado, família e comunidade escolar.

### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura das pessoas cegas.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.678, de 24 de setembro de 2002. Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille.

BRASIL. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, com as alterações do Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

BRASIL. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026, e suas alterações. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – Reneei.

Bibliografia sugerida

DOMINGUES, Celma dos Anjos et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual — baixa visão e cegueira. Brasília, DF: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MARTÍN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro (coord.). Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. Tradução de Magali de Lourdes Pedro. São Paulo: Santos, 2003.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – PORTUGUÊS**

Concepções de língua, linguagem, texto e ensino de Língua Portuguesa. Oralidade, leitura, produção textual e análise linguística e semiótica. Gêneros textuais e discursivos e suas condições de produção, circulação e recepção. Compreensão, interpretação, inferência, argumentação e formação do leitor crítico. Coesão, coerência, progressão temática e adequação comunicativa. Variação linguística, norma-padrão, ortografia, pontuação, classes de palavras, concordância, regência, crase e organização da oração, do período e do texto, considerados em situações de uso. Literatura brasileira, portuguesa, afro-brasileira, africana e indígena e formação do leitor literário. Planejamento de práticas de leitura, oralidade, escrita, revisão e reescrita. Seleção de textos, organização de sequências didáticas, multiletramentos e uso pedagógico das tecnologias. Análise das produções dos estudantes, tratamento pedagógico dos erros, avaliação e intervenções destinadas ao desenvolvimento da competência discursiva, linguística e literária.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018 – Língua Portuguesa.

#### **Bibliografia sugerida**

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – MATEMÁTICA**

Concepções de ensino e aprendizagem da Matemática. Letramento matemático, raciocínio lógico, argumentação, comunicação e diferentes formas de representação matemática. Números e operações; proporcionalidade; álgebra, expressões, equações e funções; geometria plana e espacial; grandezas e medidas; probabilidade e estatística, em nível compatível com a Educação Básica. Articulação entre conceitos, propriedades, procedimentos e resolução de situações-problema. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Resolução de problemas, investigação matemática, modelagem, jogos, materiais manipuláveis, história da Matemática e tecnologias digitais. Seleção e elaboração de tarefas, formulação de perguntas, mediação docente e discussão das diferentes estratégias de resolução. Identificação dos conhecimentos prévios, dos raciocínios e das dificuldades dos estudantes. Avaliação da compreensão conceitual, dos procedimentos, da argumentação e da resolução de problemas. Tratamento pedagógico dos erros, recuperação e recomposição das aprendizagens.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018 – Matemática.

#### **Bibliografia sugerida**

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus, 1996.

PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – GEOGRAFIA**

Fundamentos e finalidades do ensino de Geografia. Espaço geográfico, território, lugar, paisagem, região, redes, escalas e relações entre sociedade e natureza. Dinâmicas físico-naturais, população, urbanização, espaço agrário, atividades econômicas, circulação, globalização, geopolítica e questões socioambientais, consideradas nas escalas local, regional, nacional e mundial. Organização do espaço brasileiro e suas diversidades territoriais. Cartografia: localização, orientação, coordenadas, escala, projeções, legendas e leitura e produção de mapas. Desenvolvimento do pensamento e do raciocínio geográfico. Planejamento de aulas, sequências didáticas, estudos do meio, trabalhos de campo e atividades investigativas. Utilização pedagógica de mapas, imagens, gráficos, dados estatísticos, notícias e geotecnologias. Mediação de situações que favoreçam observação, localização, comparação, diferenciação, conexão, interpretação e argumentação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

Avaliação da leitura espacial, cartográfica e crítica da realidade, análise das dificuldades dos estudantes e intervenções para a progressão das aprendizagens.

### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular Geografia.

### **Bibliografia sugerida**

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2009.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – CIÊNCIAS**

Fundamentos e finalidades do ensino de Ciências. Alfabetização científica e relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Conhecimentos relativos a matéria e energia, vida e evolução e Terra e Universo, considerados de maneira integrada e em nível compatível com o Ensino Fundamental. Propriedades e transformações dos materiais, formas e transformações de energia, organização e funcionamento dos seres vivos, corpo humano e saúde, biodiversidade, ecossistemas, evolução, planeta Terra, sistema solar e fenômenos naturais. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Problemática, investigação, observação, experimentação, construção de modelos, análise de dados e argumentação baseada em evidências. Utilização de laboratórios, espaços não formais, recursos digitais e materiais de baixo custo, observadas as normas de segurança. Levantamento dos conhecimentos prévios e das concepções dos estudantes. Avaliação da compreensão conceitual, dos procedimentos investigativos e da argumentação. Tratamento pedagógico dos erros, recuperação e adequação das estratégias à diversidade.

### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular Ciências.

### **Bibliografia sugerida**

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2011.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – INGLÊS**

Concepções e abordagens do ensino de Língua Inglesa. Língua inglesa como língua franca e como instrumento de interação social, cultural e intercultural. Compreensão e produção oral, leitura e escrita em diferentes situações comunicativas. Vocabulário, pronúncia, aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivos da língua inglesa, considerados em contextos de uso. Gêneros discursivos, estratégias de leitura, produção textual, interação oral e construção de sentidos. Diversidade linguística e cultural dos países e comunidades que utilizam a língua inglesa. Planejamento de aulas e sequências didáticas que integrem as práticas de linguagem. Seleção e utilização de textos autênticos, literatura, músicas, recursos audiovisuais e tecnologias digitais. Mediação das interações, promoção da participação e adequação das atividades aos diferentes níveis de aprendizagem. Avaliação das práticas de compreensão e produção, análise das dificuldades, tratamento pedagógico dos erros e intervenções para o desenvolvimento da competência comunicativa.

### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular Língua Inglesa.

### **Bibliografia sugerida**

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas: Pontes, 1993.

LEFFA, Vilson J. (org.). O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão. Pelotas: Educat, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Ensino de língua inglesa no Ensino Médio: teoria e prática. São Paulo: Edições SM, 2012.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – FILOSOFIA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

Fundamentos e finalidades do ensino de Filosofia. Problemas, conceitos e formas de argumentação relacionados ao conhecimento, à ética, à política, à lógica, à estética, à ciência e à existência humana. Relações entre questões filosóficas, textos da tradição e problemas da sociedade contemporânea. Leitura, interpretação, análise e comparação de textos e argumentos filosóficos. Identificação de premissas, conclusões, pressupostos, contradições e falácias. Problematização, investigação conceitual, diálogo e formação do pensamento crítico. Planejamento de aulas e sequências didáticas que articulem temas, problemas, conceitos e textos filosóficos. Utilização de debates, produção argumentativa, situações-problema e diferentes linguagens e recursos culturais. Mediação de controvérsias com pluralidade de perspectivas, rigor conceitual e respeito à liberdade de pensamento. Avaliação da compreensão conceitual, da problematização e da coerência argumentativa. Intervenções destinadas ao aperfeiçoamento da leitura, da reflexão e da argumentação filosófica.

### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

### **Bibliografia sugerida**

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. Ensinar Filosofia: um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

CERLETTI, Alejandro. O ensino de Filosofia como problema filosófico. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, Sílvio. Metodologia do ensino de Filosofia: uma didática para o Ensino Médio. Campinas: Papirus, 2013.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – ARTE/EDUCAÇÃO ARTÍSTICA**

Fundamentos e finalidades do ensino de Arte. Arte como conhecimento, expressão, criação, experiência estética e manifestação histórica e cultural. Elementos constitutivos das artes visuais: ponto, linha, forma, cor, textura, volume, espaço, luz, composição, movimento e outros modos de organização visual. Processos de criação, apreciação, fruição, contextualização e reflexão. Produções artísticas de diferentes épocas, culturas e grupos sociais, com atenção às matrizes brasileiras, indígenas, africanas e afro-brasileiras. Relações entre artes visuais, música, dança, teatro e artes integradas. Planejamento de aulas, projetos e sequências didáticas. Experimentação com materiais, técnicas, suportes, espaços e tecnologias. Leitura de imagens e mediação dos processos individuais e coletivos de criação. Avaliação processual por meio de produções, portfólios, registros, apreciação e autoavaliação. Intervenções que favoreçam expressão, autoria, ampliação de repertório, inclusão, acessibilidade e valorização da diversidade cultural

### **Bibliografia sugerida**

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. Metodologia do ensino de Arte: fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender Arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – HISTÓRIA**

Fundamentos e finalidades do ensino de História. Conhecimento histórico, fontes, sujeitos, temporalidades, memória, patrimônio, identidades e diferentes narrativas sobre o passado. Processos históricos relacionados às sociedades antigas, medievais, modernas e contemporâneas; formação histórica do Brasil e das Américas; histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas; cidadania, trabalho, relações de poder, movimentos sociais e transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Desenvolvimento das noções de temporalidade, mudança, permanência, simultaneidade, causalidade e relações entre passado e presente. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Problematização, investigação e utilização de fontes escritas, orais, visuais, materiais, cartográficas e digitais. Formulação de hipóteses, análise de evidências e comparação de interpretações históricas. Mediação de temas controversos com pluralidade de perspectivas e rigor histórico. Avaliação da compreensão dos processos históricos e da argumentação baseada em fontes. Recuperação e intervenções para o desenvolvimento do pensamento histórico.

### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular História.

### **Bibliografia sugerida**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – QUÍMICA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

### PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

Fundamentos e finalidades do ensino de Química. Alfabetização científica e relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Constituição e propriedades da matéria; substâncias e misturas; transformações químicas; estrutura atômica; periodicidade; ligações e interações químicas; quantidade de matéria e cálculos químicos; soluções; termoquímica; cinética; equilíbrio químico; eletroquímica e química orgânica, em nível compatível com a Educação Básica. Articulação entre fenômenos macroscópicos, modelos explicativos e linguagem simbólica. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Contextualização, problematização, investigação, experimentação e resolução de problemas no ensino de Química. Utilização de modelos, representações, simulações, recursos digitais e experimentos de baixo custo. Levantamento das concepções dos estudantes e tratamento pedagógico dos erros. Avaliação da compreensão conceitual, dos cálculos, da argumentação e das atividades experimentais. Segurança no laboratório, prevenção de acidentes e descarte adequado de resíduos. Recuperação e adequação das estratégias à diversidade..

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

#### **Bibliografia sugerida**

MALDANER, Otavio Aloisio. A formação inicial e continuada de professores de Química: professores/pesquisadores. Ijuí: Unijuí, 2000.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MALDANER, Otavio Aloisio (org.). Ensino de Química em foco. Ijuí: Unijuí, 2010.

ZANON, Lenir Basso; MALDANER, Otavio Aloisio (org.). Fundamentos e propostas de ensino de Química para a Educação Básica no Brasil. Ijuí: Unijuí, 2007.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – BIOLOGIA**

Fundamentos e finalidades do ensino de Biologia. Alfabetização científica e relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Organização celular e metabolismo; genética e hereditariedade; evolução; classificação e diversidade dos seres vivos; anatomia e fisiologia humana; ecologia; saúde e biotecnologia, em nível compatível com a Educação Básica. Relações entre estrutura e função, unidade e diversidade da vida, hereditariedade, evolução e interações entre os organismos e o ambiente. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Problematização, investigação, observação, experimentação, construção de modelos e argumentação baseada em evidências. Utilização de laboratórios, modelos, coleções, espaços não formais e tecnologias digitais. Tratamento pedagógico de questões socioambientais, temas científicos controversos e conhecimentos prévios dos estudantes. Avaliação da compreensão conceitual, da análise de evidências e dos procedimentos investigativos. Biossegurança, ética e respeito à vida nas atividades escolares. Recuperação e adequação das estratégias à diversidade.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

#### **Bibliografia sugerida**

KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de Biologia. São Paulo: Edusp, 2004.

KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de Ciências e cidadania. São Paulo: Moderna, 2004.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Marcia Serra. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – FÍSICA**

Fundamentos e finalidades do ensino de Física. Alfabetização científica e relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. Movimento, forças, energia, gravitação, termologia, ondas, óptica, eletricidade, magnetismo e Física Moderna, em nível compatível com a Educação Básica. Articulação entre fenômenos, conceitos, princípios, modelos, representações gráficas e linguagem matemática. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Problematização, investigação, experimentação, modelagem e resolução de problemas. Utilização de experimentos demonstrativos e investigativos, simulações, vídeos, recursos digitais e materiais de baixo custo. Levantamento das concepções espontâneas dos estudantes e tratamento pedagógico dos erros conceituais e matemáticos. Avaliação da compreensão conceitual, da resolução de problemas, da interpretação de representações e da argumentação baseada em evidências. Segurança nas atividades experimentais. Recuperação e adequação das estratégias à diversidade.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

#### **Bibliografia sugerida**

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de et al. Ensino de Física. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GASPAR, Alberto. Atividades experimentais no ensino de Física: uma nova visão baseada na teoria de Vigotski. São Paulo: Livraria da Física, 2014.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

PIETROCOLA, Maurício (org.). Ensino de Física: conteúdo, metodologia e epistemologia em uma concepção integradora. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – SOCIOLOGIA**

Fundamentos e finalidades do ensino de Sociologia. Desenvolvimento do olhar sociológico por meio do estranhamento e da desnaturalização da realidade social. Cultura, socialização, identidade, desigualdades, classes e grupos sociais, trabalho, poder, política, Estado, cidadania, movimentos sociais, instituições e transformações da sociedade contemporânea. Relações entre teorias, conceitos, pesquisas e problemas sociais. Procedimentos básicos da pesquisa social: formulação de problemas, observação, levantamento e interpretação de dados, entrevistas e análise de fontes. Planejamento de aulas e sequências didáticas. Leitura e discussão de textos sociológicos e utilização de dados estatísticos, notícias, imagens, filmes, relatos e pesquisas. Mediação de debates e temas controversos com pluralidade de perspectivas, rigor conceitual e respeito aos direitos humanos. Avaliação da compreensão conceitual, da análise de dados, da argumentação e da aplicação dos conceitos à realidade social. Recuperação e adequação das estratégias à diversidade.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

#### **Bibliografia sugerida**

BRASIL. Ministério da Educação. Sociologia: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2010. Coleção Explorando o Ensino, v. 15.

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (org.). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009.

TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – ARTE/EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – ARTE MUSICAL**

Fundamentos e finalidades da educação musical. Propriedades do som e elementos da música: ritmo, melodia, harmonia, timbre, intensidade, duração, textura e forma. Notação musical convencional e formas não convencionais de registro. Canto, percussão corporal, práticas instrumentais, improvisação, composição, execução e apreciação musical. Produções musicais de diferentes épocas e culturas, com atenção à música brasileira, indígena, africana, afro-brasileira e popular. Planejamento de aulas, projetos e sequências didáticas. Articulação entre criação, execução, apreciação e contextualização. Utilização de jogos, tecnologias e recursos sonoros. Organização e mediação de práticas individuais e coletivas, considerando diferentes repertórios, experiências e níveis de aprendizagem. Avaliação processual por meio da escuta, execução, criação, apreciação, registros e autoavaliação. Intervenções destinadas ao desenvolvimento da percepção, da expressão, da autoria, da participação, da inclusão e da acessibilidade musical.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular Arte.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a unidade temática Música do componente curricular Arte.

#### **Bibliografia sugerida**

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – ARTE/EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – ARTES CÊNICAS**

Fundamentos e finalidades do ensino de Teatro. Elementos da linguagem cênica: corpo, voz, gesto, movimento, espaço, tempo, personagem, ação, conflito, narrativa e relação com o espectador. Jogos teatrais, improvisação, dramatização, atuação, encenação e criação coletiva. Leitura, análise, adaptação e criação de textos, cenas e roteiros. Teatro brasileiro, manifestações populares e produções de diferentes épocas e culturas. Planejamento de aulas, projetos e sequências didáticas. Articulação entre criação, produção, apresentação, apreciação e contextualização teatral. Utilização pedagógica de objetos, figurinos, cenários, espaços e recursos audiovisuais. Mediação dos processos individuais e coletivos, com estímulo à expressão, à escuta, à autoria e à cooperação. Avaliação processual por meio de cenas, experimentações, registros, apreciação e autoavaliação. Inclusão, acessibilidade e segurança nas práticas cênicas.

#### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular Arte.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a unidade temática Teatro do componente curricular Arte.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

### **Bibliografia sugerida**

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.  
JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino de Teatro. Campinas: Papirus, 2001.  
SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo: Perspectiva, 2010.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – EDUCAÇÃO FÍSICA**

Fundamentos e finalidades da Educação Física escolar. Cultura corporal de movimento e formação integral dos estudantes. Brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura, considerados em suas dimensões técnicas, táticas, históricas, sociais e culturais. Desenvolvimento e aprendizagem motora, capacidades físicas, habilidades motoras e relações entre movimento, saúde, lazer e qualidade de vida. Planejamento de aulas e sequências didáticas, com progressão das aprendizagens e adequação às diferentes faixas etárias. Organização de situações que favoreçam participação, cooperação, autonomia e reflexão sobre as práticas corporais. Inclusão dos estudantes com deficiência e adaptação de regras, materiais, espaços e formas de participação. Prevenção de acidentes e segurança nas aulas. Enfrentamento de preconceitos, discriminações e padrões corporais excludentes. Avaliação diagnóstica e formativa, sem redução ao desempenho físico ou esportivo. Registros, devolutivos e recuperação contínua.

### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera o art. 26, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, relativo à Educação Física na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular Educação Física.

### **Bibliografia sugerida**

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (coord.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – EDUCAÇÃO FÍSICA – DANÇA**

Fundamentos e finalidades do ensino da dança na Educação Física escolar. Dança como prática corporal, expressão, comunicação e manifestação histórica e cultural. Elementos da dança: corpo, movimento, espaço, tempo, ritmo, fluência, peso e relações entre os participantes. Improvisação, composição coreográfica, execução, apreciação e criação individual e coletiva. Danças populares, urbanas, de salão, circulares, brasileiras, indígenas, africanas e afro-brasileiras. Planejamento de aulas, projetos e sequências didáticas, com progressão das aprendizagens e adequação às diferentes faixas etárias. Utilização de músicas, objetos, tecnologias e recursos audiovisuais. Mediação de experiências que estimulem percepção corporal, expressão, criatividade, autoria, autonomia e participação. Inclusão e adaptação das práticas aos estudantes com deficiência. Avaliação processual por meio da participação, criação, execução, apreciação, registros e autoavaliação. Respeito às diferenças corporais e enfrentamento de estereótipos e preconceitos.

### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera o art. 26, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, relativo à Educação Física na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a unidade temática Danças do componente curricular Educação Física.

### **Bibliografia sugerida**

BARRETO, Débora. Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARQUES, Isabel A. Dançando na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

MARQUES, Isabel A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.

### **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – EDUCAÇÃO FÍSICA – GINÁSTICA GERAL**

Fundamentos e finalidades do ensino da Ginástica Geral na escola. Elementos corporais básicos: deslocamentos, equilíbrios, saltos, giros, rolamentos, apoios, suspensões e manipulação de aparelhos. Capacidades físicas e habilidades motoras relacionadas às práticas gímnicas. Ginástica Geral como prática demonstrativa, participativa, criativa, inclusiva e não competitiva. Exploração de movimentos, criação de sequências e composições individuais e coletivas. Relações entre ginástica, cultura, lazer, saúde e qualidade de vida. Planejamento de aulas, projetos e sequências didáticas, com progressão pedagógica e adequação às diferentes faixas etárias e condições dos estudantes. Utilização de materiais tradicionais, alternativos e adaptados. Procedimentos de auxílio, proteção e segurança na execução dos movimentos. Avaliação processual



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

da aprendizagem motora, da participação, da criação, da cooperação e da autonomia. Intervenções para superação das dificuldades e ampliação das possibilidades de movimento .

### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera o art. 26, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, relativo à Educação Física na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente a unidade temática Ginásticas do componente curricular Educação Física.

### **Bibliografia sugerida**

AYOUB, Eliana. Ginástica geral e Educação Física escolar. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NUNOMURA, Myrian; TSUKAMOTO, Mariana Harumi Cruz (org.). Fundamentos das ginásticas. Jundiaí: Fontoura, 2009.

TOLEDO, Eliana de; SILVA, Paula Cristina da Costa (org.). Democratizando o ensino da ginástica: estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais. Várzea Paulista: Fontoura, 2013.

## **PROFESSOR III TEMPORÁRIO – EDUCAÇÃO FÍSICA – NATAÇÃO**

Fundamentos e finalidades do ensino da natação. Princípios de adaptação ao meio líquido: respiração, flutuação, equilíbrio, propulsão, imersão, deslize, entradas, saídas e deslocamentos. Fundamentos e coordenação dos nados crawl, costas, peito e borboleta, respeitadas as etapas de aprendizagem. Planejamento de aulas e progressões pedagógicas em meio aquático. Utilização de jogos, atividades lúdicas, desafios motores e materiais auxiliares. Observação e intervenção do professor na aprendizagem das habilidades aquáticas. Adequação das atividades às faixas etárias, aos níveis de aprendizagem e às condições dos estudantes. Inclusão e adaptação das práticas para pessoas com deficiência. Organização do espaço, higiene, segurança, prevenção de acidentes e procedimentos de emergência no ambiente aquático. Avaliação diagnóstica e formativa da adaptação, da participação, da autonomia e da evolução individual, sem redução ao desempenho competitivo.

### **Referência normativa**

BRASIL. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003. Altera o art. 26, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, relativo à Educação Física na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018, especialmente o componente curricular Educação Física.

### **Bibliografia sugerida**

CATTEAU, Raymond; GAROFF, Gérard. O ensino da natação. 3. ed. São Paulo: Manole, 1990.

LIMA, William Urizzi de. Ensinando natação. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2009.

MACHADO, David Camargo. Metodologia da natação. 2. ed. São Paulo: EPU, 1978.

PCI Concursos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

### ANEXO III – CRONOGRAMA ESTIMADO PROCESSO SELETIVO 01/2026

O cronograma estimado para o presente PROCESSO SELETIVO observará o seguinte:

| Evento                                                                                                                                                                          | Data / Período    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Publicação do Edital                                                                                                                                                            | 25/09/2026        |
| Inscrições                                                                                                                                                                      | 26/09 a 29/10     |
| Vencimento do boleto                                                                                                                                                            | 30/10/2026        |
| Período de Pedido de Isenções                                                                                                                                                   | 28 e 29/09/2026   |
| Lista de Deferimento de Isenções                                                                                                                                                | 16/10/2026        |
| Recursos contra Isenções                                                                                                                                                        | 19 e 20/10/2026   |
| Respostas dos Recursos de Isenção                                                                                                                                               | 23/10/2026        |
| Resultado inscrições, de candidatos com deficiência e candidatos negros                                                                                                         | 06/11/2026        |
| Recursos contra o indeferimento das inscrições, candidatos com deficiência e candidatos negros                                                                                  | 09 e 10/11/2026   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Resultado dos recursos</li><li>• Convocação provas objetivas</li></ul>                                                                  | 27/11/2026        |
| <b>Provas Objetivas</b>                                                                                                                                                         | <b>06/12/2026</b> |
| Divulgação dos Gabaritos (só internet)                                                                                                                                          | 08/12/2026        |
| Recursos contra os gabaritos                                                                                                                                                    | 09 e 10/12/2026   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Resultado dos Recursos contra os gabaritos (dependendo do nº de recursos)</li><li>• Divulgação das Notas das provas objetivas</li></ul> | 08/01/2027        |
| Recursos contra as notas das provas objetivas                                                                                                                                   | 11 e 12/01/2027   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Resultado dos Recursos contra Notas das provas objetivas</li><li>• Classificação Preliminar</li></ul>                                   | 22/01/2027        |
| Recurso de Classificação Preliminar                                                                                                                                             | 25 e 26/01/2027   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Resultado dos recursos contra a Classificação</li><li>• Classificação Final</li><li>• Divulgação da Homologação</li></ul>               | 05/02/2027        |

O presente cronograma estimativo poderá ser alterado de conformidade com o desenvolvimento do procedimento, ficando o candidato ciente de sua obrigação de acompanhar todos os atos de publicações, comunicados e demais divulgações que se fizerem necessárias junto ao portal do PROCESSO SELETIVO no IBAM [www.ibamsp-concursos.org.br](http://www.ibamsp-concursos.org.br) e no Diário Oficial do Município, que se constituem os meios oficiais para essa finalidade.